POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE O NÃO LUGAR DO ENSINO DE SOCIOLOGIA

Renata Oliveira dos Santos¹, Camila Tecla Morteau Mendonça², Patrícia L.L. Mertzig Gonçalves de Oliveira³, Maria Luisa Furlan Costa¹.

¹Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, PR. ²Centro Universitário Cesumar - NICESUMAR, Curso de Pedagogia, Maringá, PR. ³Universidade do Oeste Paulista – UNOESTE, Faculdade de Ciências, Letras e Educação de Presidente Prudente, Curso de Música e Pedagogia, Presidente Prudente, SP. E-mail: re.mga@hotmail.com.

RESUMO

Advinda de uma trajetória de luta e muitos acordos, medidas e finalmente sua obrigatoriedade, a história da Sociologia como disciplina escolar é marcada pelas decisões tomadas por órgãos públicos, federais e estaduais. A Medida Provisória (MPV) nº 746, de 22 de Setembro de 2016, promoveu um novo debate sobre o lugar e o não lugar da Sociologia no cotidiano escolar. Dessa maneira, o presente texto tem por objetivo refletir sobre as idas e vindas da Sociologia em âmbito escolar, ancorado na abordagem do ciclo de políticas de Stephen Balls, apresentado por Mainardes (2006), no que compete ao contexto de influência, que nos revela sobre os atores sociais, contextos históricos e políticos. Torna-se importante ressaltar que tal abordagem revela o que Bourdieu (2005), identificou como “jogos” dentro do campo, nesse caso, educacional nos faz analisar a funcionalidade do ensino médio para o desenvolvimento dos estudantes brasileiros.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação; Sociologia; Contexto de Influência; Medida Provisória.

PUBLIC POLICIES OF EDUCATION: A REFLECTION ON THE NON-PLACE OF SOCIOLOGY TEACHING

ABSTRACT

The history of sociology as a school discipline is marked by the decisions taken by public, federal and state bodies, on the basis of a trajectory of struggle and many agreements, measures and, finally, its obligatory nature. The Provisional Measure (MPV) nº 746, of September 22, 2016, promoted a new debate on the place and the place of Sociology in the school routine. In this way, the present text aims to reflect on the comings and goings of Sociology in school, anchored in the approach of the policy cycle of Stephen Balls, presented by Mainardes (2006), in what concerns the context of influence, which reveals on social actors, historical and political contexts. It is important to emphasize that such an approach reveals what Bourdieu (2005) identified as "games" within the field, in this case, educational makes us analyze the functionality of secondary education for the development of Brazilian students.

Keywords: Public policy; Education; Sociology; Context of Influence; Provisional Measure.

INTRODUÇÃO

A luta pela permanência nas matrizes curriculares da disciplina de Sociologia faz parte dos embates de muitos pesquisadores, professores e estudantes há algumas décadas no Brasil.

Segundo Santos (2011), compreender a trajetória de idas e vindas da disciplina no campo escolar possibilita entender a maneira como as políticas públicas educacionais são criadas e pensadas no Brasil. Nesse caso específico, o marco regulatório foi tornar, em 2008, obrigatório o ensino de Sociologia e Filosofia tanto nas instituições públicas como privadas, por meio de uma sanção¹ feita, pelo então presidente em exercício, José de Alencar.

Dessa forma, o projeto de Lei nº 1641/03 tornou-se a Lei Orgânica nº 11.684/08 com objetivo de incluir de forma obrigatória, para todas as séries do Ensino Médio, as disciplinas de Sociologia e Filosofia exposto no texto do tópico IV, artigo 36, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96. Entretanto, no texto final da Medida Provisória (MPV)² nº 746/16 este ponto foi totalmente retirado, tornando novamente frágil a permanência ou não da disciplina em sala de aula.

Assim, é imprescindível refletir sobre a importância de uma palavra e seu significado quando inserida ou riscada de uma determinada lei, sanção ou medida provisória. Para Shiroma; Campos; Garcia (2005), os textos de políticas públicas são produzidos mediante a contextos que orientam as ações de seus agentes e, por isso, as “palavras importam” e permitem compreender não somente o discurso ali presente como também a hegemonia da classe dominante.

Com isso, é importante debruçar sobre documentos de políticas públicas e decifrar pequenos códigos que muitas vezes “a olho nu”, sem um acompanhamento metodológico, tende a acarretar em interpretações simplificadas, vulgares, errôneas, baseadas em senso comum, opiniões particulares e achismos que impossibilitam, de fato, entender o que existe na implementação desse tipo de ação.

Então, torna-se necessário buscar uma abordagem metodológica que permita entender fatores determinantes para a criação, regulamentação e implementação das políticas públicas de educação que seja capaz de auxiliar na leitura e interpretação desse tipo de texto em seu tempo e contexto (MAINARDES, 2006).

Assim sendo, o presente texto objetiva ponderar sobre as mudanças ocorridas com a aprovação da MPV nº 746/16, sancionada como a Lei nº 13.415/17, no que tange, a disciplina de Sociologia como também a própria ideia das funções da educação “para” o Ensino Médio. A Reforma do Ensino Médio trouxe novamente a discussão da funcionalidade desse nível de ensino, assim como a sua relevância para a formação crítica dos estudantes brasileiros.

Ancorado na abordagem do ciclo de políticas de Stephen Balls, apresentado por Mainardes (2006), os quais são discutidos e estudados no Grupo de Pesquisa Educação a Distância e Tecnologias Educacionais/CNPQ da Universidade Estadual de Maringá (UEM), é que a análise desta política se dará.

¹ Segundo o site do Senado Federal (2018), uma sanção “É a concordância e anuência do presidente da República com projeto de lei ordinária ou complementar aprovado pelo Congresso. O prazo para ocorrer a sanção é de 15 dias” Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sancao>> Acesso em: 29. Jul. 2018.

² Segundo o site da Câmara Dos Deputados (2018), uma medida provisória (MP) “é um instrumento com força de lei, adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso Nacional para transformação definitiva em lei. Seu prazo de vigência é de sessenta dias, prorrogáveis uma vez por igual período. Se não for aprovada no prazo de 45 dias, contados da sua publicação, a MP tranca a pauta de votações da Casa em que se encontrar (Câmara ou Senado) até que seja votada. Neste caso, a Câmara só pode votar alguns tipos de proposição em sessão extraordinária”. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/comunicacao/assessoria-de-imprensa/medida-provisoria>> Acesso em: 29. Jul. 2018.

METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa é compreender o não lugar do ensino de Sociologia a partir da legislação vigente, focalizando a MP nº 746, de 22 de Setembro de 2016. Para tanto, realizamos a leitura, a interpretação e a discussão dos documentos que norteiam as discussões do ensino de sociologia. Demo (2000, p. 20) destaca que a pesquisa que possui como base a teoria se dedica a reconstruir as teorias, as ideologias, as polêmicas e as ideias, com a finalidade de aprimorar os fundamentos teóricos. Para o autor, este tipo de pesquisa que visa a reconstrução de teorias, explicações da realidade e referências, temas atuais e fontes variadas se fazem necessária uma vez que não provoca uma reação social imediata, mas é muito importante, pois cria condições para que essas e outras questões sociais sejam analisadas, questionadas e transformadas.

RESULTADOS

Antes mesmo de compreender as permanências e ausências no âmbito escolar, é necessário relatar que a Sociologia, de maneira geral, se desenvolveu no Brasil, mediante a necessidade de entendimento das transformações da sociedade, advinda da instalação da República e do fim da escravidão e, que sua institucionalização ocorreu a partir de sua presença no curso normal e secundário no início do século XX. Assim, a Sociologia não sai da academia para os bancos escolares, mas pelo contrário, ela emerge desses bancos para ascensão acadêmica (SARANDY, 2007).

Segundo Fernandes (1976, p. 25) “A Sociologia, como os demais complexos culturais, pode ser encarada e analisada como um fenômeno histórico-cultural”. Dessa forma, a área de estudo está diretamente relacionada às mudanças sociais e busca compreender as novas configurações históricas, políticas, econômicas, culturais da sociedade brasileira.

No que se refere à disciplina de Sociologia em âmbito escolar, sua trajetória jamais foi estável. Para entender essa instabilidade torna-se pertinente compreender a ação de atores sociais e dos grupos de interesses que permeiam, até hoje, o debate sobre a necessidade e a funcionalidade da disciplina para a formação escolar.

Dessa forma, busca-se, a partir de um regaste histórico sobre as permanências e ausências da Sociologia nos bancos escolares, refleti-la por meio do que Bowe e Balls (1992 *apud* Mainardes, 2006), chamou de contexto de influência:

[...] onde normalmente as políticas públicas são iniciadas e os discursos políticos são construídos. É neste contexto que grupos de interesses disputam para influenciar a definição das finalidades sociais da educação e do que significa ser educado. Atuam nesse contexto as redes sociais dentro e em torno de partidos políticos, do governo e do processo legislativo. É também nesse contexto que os conceitos adquirem legitimidade e formam um discurso de base política (MAINARDES, 2006, p.51).

Segundo Mainardes (2006), a abordagem do ciclo de políticas formuladas por Stephen Balls é bastante útil para compreender as políticas públicas educacionais no contexto brasileiro. Essa abordagem possibilita entender o caminho percorrido por elas desde seu início até sua implementação, assim como, posteriormente, analisar sua prática e seus efeitos.

Dessa forma, o discurso político pode ser construído mediante a inúmeros fatores que caminham juntos com os grupos de interesses e tornam possível sua consolidação. No caso da Sociologia como disciplina escolar, essa análise auxilia a compreensão da MPV nº 746/16 que colocou na berlinda, novamente, a permanência dela nas instituições escolares de ensino médio.

DISCUSSÃO

Marcada por uma longa trajetória, que se inicia ainda no final do século XIX, a Sociologia, como disciplina escolar, acompanhou todas as mudanças ocorridas no país pós-escravidão,

consolidação da república, processo modernizador proposto por Getúlio Vargas, ditadura militar e redemocratização do país.

Dessa maneira, sua inserção nas instituições de ensino pode ser compreendida em três períodos distintos, o que tende a revelar os anseios políticos-educacionais em torno dela:

[...] (1891-1941) período de institucionalização da disciplina no ensino secundário; (1941-1981) período de ausência da sociologia como disciplina obrigatória e (1982-2001) período de reinserção gradativa da Sociologia no Ensino Médio (SANTOS, 2001, p.27).

Em 1942, com o Ministro Gustavo Capanema, uma nova reforma educacional foi proposta. Esta marcaria a configuração do ensino brasileiro por quase 30 anos. Nela, foi instituída a Lei Orgânica do Estado Secundário por meio do Decreto de Lei Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de Abril de 1942, que dividiu o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial e o colegial (SANTOS, 2001).

Segundo Santos (2001), as mudanças pretendidas afetaram diretamente a Sociologia, a qual deixou de se configurar como disciplina obrigatória/complementar, passando a ser excluída dos currículos das escolas secundárias. Para o Ministro Capanema, a Sociologia de caráter preparatório e não formativo não correspondia aos anseios de nova educação nacional.

A Promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) em 1961, manteve a divisão proposta pelo Ministro Capanema, porém permitia uma maior autonomia aos Estados para discutir a inserção ou não de disciplinas nos currículos escolares. Com isso, a Sociologia passou a ser uma disciplina de caráter optativo ficando a mercê das vontades das esferas estaduais e federais para sua implementação ou não (SANTOS, 2001).

A possibilidade de uma implementação obrigatória da disciplina seria totalmente excluída com a reforma educacional de 1971, realizada pelo então Ministro Jarbas Passarinho.

A reforma conduzida por Jarbas Passarinho, Lei nº 5.692/71, determinou o fim da divisão do ensino em ginasial e colegial, estabelecendo a união do ensino primário e ginasial em um ciclo de oito anos, obrigatório para crianças entre 7 e 14 anos. Já a separação definitiva do ensino secundário passaria a se configurar como profissionalizante, com objetivo de formar os jovens para o trabalho. Em razão da formação técnica destinada ao ensino secundário, a Sociologia deixou de ser pretendida pelas escolas, nem mesmo como disciplina optativa. Dessa forma, entre 1971-1982, a Sociologia deixa de “existir” como disciplina escolar tanto obrigatória como opcional (SANTOS, 2001).

A partir de 1980, uma nova configuração política, social, econômica e histórica passou a fazer parte do Brasil. Os governos representados por militares começaram a ser questionados e, assim, novas mudanças foram preteridas.

Em 1982, foi aprovada a Lei Educacional nº 7.044/82 com o objetivo de transformar o ensino profissionalizante obrigatório em uma escolha optativa das escolas. Assim, o currículo do 2º grau foi reformulado oferecendo duas modalidades de curso: o acadêmico para a formação geral dos alunos, e o profissionalizante que poderia ser pleiteado e oferecido conforme o interesse de uma determinada instituição de ensino (RÊSES, 2004).

Essa mudança fez com que disciplinas como Filosofia e Sociologia voltassem a ser cogitadas no contexto da Educação Básica. De acordo com Rêses (2004), o contexto histórico, político e social desse período era favorável ao retorno da Sociologia aos currículos escolares.

Dessa maneira, inúmeras associações espalharam-se por todo o país revelando a força do movimento em prol da inserção obrigatória da Sociologia no 2º Grau em diferentes estados. Pode-se destacar como pioneiro dessa implementação o Estado de Minas Gerais, que em 1989 conseguiu incluir na Constituição Estadual a obrigatoriedade dessa disciplina nos currículos escolares, promovendo, em 1990, o retorno da Sociologia às escolas do estado. O mesmo ocorreria em outros estados, como é o caso do Rio de Janeiro, Pará, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná (RÊSES, 2004).

Na década de 1990, essa história ainda ganharia um novo capítulo com a tramitação e promulgação no Congresso Nacional da Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira Lei nº 9394, sancionada em 1996. Com a promulgação da nova LDB, o ensino de Sociologia voltou a ser reivindicado, porém, ficou à mercê de inúmeras interpretações, advindas do caráter ambíguo do tópico IV, do Artigo 36 da LDB. Essa ambiguidade causou inúmeras lutas daqueles que defendiam o estudo e ensino de Sociologia como disciplina obrigatória e única.

Destarte, depois de muitos embates políticos, vetos e pareceres foi o projeto de Lei nº 1.641/03, que pleiteava, como obrigatória, a inserção das disciplinas de Sociologia e Filosofia em todas as séries do Ensino Médio (CARVALHO, 2004).

Entretanto, essa obrigatoriedade só seria de fato cumprida por meio da sanção realizada pelo então presidente, em exercício, José de Alencar que transformou o projeto lei nº 1.614/03, na Lei Ordinária nº 11.684/08. Assim, a partir de 2008, a disciplina retornou de maneira efetiva e legítima aos currículos escolares e as salas de aulas de todo o país, tanto nas instituições públicas quanto privadas.

Porém, essa conquista passou ser novamente ameaçada, com a promulgação da MPV nº 746, em 22 de Setembro de 2016, pelo Presidente Michel Temer, após 22 dias de sua chegada a Presidência da República.

Percebemos que a retirada da disciplina de Sociologia como obrigatória das matrizes curriculares não foi um processo simples e, muito menos, tranquilo. Em diferentes momentos históricos os atores principais, como ministros de educação, professores, pesquisadores e os mais diferentes regimes políticos foram responsáveis pelo sua ausência ou permanência dentro da sala de aula.

Segundo Nosella (2015, p.124), o ensino médio pode ser entendido como uma fase importante do sistema escolar. Ele deve ser visto não como intermediário entre o ensino fundamental e a universidade, mas como um espaço de interesses, tendo como objetivos específicos a formação do cidadão:

O ensino médio é a fase escolar estratégica do sistema escolar e do processo de democratização e modernização de uma nação. É fruto de simplismo teórico a concepção do sistema escolar como uma linha homogênea, regular, ascendente e “infinita” que vai da educação infantil até os cursos de pós-graduação e de formação permanente. O sistema escolar é mais bem representado, arquitetonicamente, por uma linha curva ou um arco, que o ensino médio é pedra angular ou chave de abóbada...

Com isso, refletir sobre o ensino médio como uma fase estratégica permite entender que a reforma empreendida revela-se por meio do tipo de cidadão que esse nível de ensino quer formar.

Existe então um espaço de disputas que não se aplica apenas ao que cabe a ensinar, mas sim como, pra quem e com qual sentido. Para Nogueira (2009), essas disputas farão parte daquilo que Pierre Bourdieu chamou de campo, onde as relações serão estabelecidas mediante um “jogo” que implicaria até mesmo nas posições ocupadas pelos atores sociais e sua importância numa hierarquia social.

Nesse sentido, a forma como a MPV nº 746/16 foi proposta e implementada, a ânsia presidencial em aprová-la sem mais discussões tende a revelar uma hegemonia discursiva que define as justificativas para a sua pertinência.

Sancionada como Lei nº 13.415/17, a MPV nº 746/16 iluminou lacunas importantes para entender a sua implementação. Ela se ratifica com o propósito de organizar os currículos do ensino médio, ampliando sua jornada escolar e criando uma política de fomento para implementação de escolas em tempo integral alterando vários artigos já existentes na LDB nº 9394/96.

Entre essas alterações o art. 36, passa agora a determinar que currículo do ensino médio será definido pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) e por itinerários formativos que serão

específicos de cada sistema de ensino. Essa resolução extingue as diretrizes do texto original LDB revogando a Lei nº 11.684/08 que tornava obrigatória a inserção das disciplinas de Sociologia e Filosofia (BRASIL, 2016).

CONCLUSÃO

O lugar e não lugar da Sociologia no âmbito escolar sempre foi marcado por decisões governamentais definidas por diferentes programas e políticas públicas de educação. O histórico das idas e vindas da disciplina nos revela como atores sociais influenciaram no que compete a permanência e ausência dela no ensino escolar. Em cada período histórico é possível afirmar que a Sociologia tende a servir a princípio como um componente necessário ao desenvolvimento do pensamento e, posteriormente, descartável para a formação dos estudantes.

A rapidez com que a MPV /16 foi aprovada nos faz pensar nas disputas que hoje engendram o campo do ensino médio e como as determinações dela tornaram novamente duvidoso o lugar da Sociologia em sala de aula.

Assim sendo, torna-se importante a reflexão sobre as alterações proposta pela medida indagando, novamente, qual o lugar da Sociologia para formação educação, social, política, cultural dos estudantes brasileiros.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em: 31. Jul.2018.

_____. Lei Ordinária nº 11.684/08. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2008/lei-11684-2-junho-2008-575857-publicacaooriginal-99168-pl.html>> Acesso em: 31. jul. 2018.

CARVALHO, L. M. G. A trajetória Histórica da luta pela introdução da disciplina de Sociologia no Ensino Médio no Brasil. In: Sociologia e ensino em debate: experiências e discussão de sociologia no ensino médio. Ijuí: Editora Inijuí, 2004.

DEMO, P. Metodologia do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2000.

FERNANDES, F. A Sociologia no Brasil: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis, 1976.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacional. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 94, jan- abr. 2006.

NOSELLA, P. Ensino Médio unitário ou multiforme? Revista brasileira de Educação. V. 20 n. 60, jan-mar. 2015. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782015206007>.

RÊSES, E. S. E com a palavra: os alunos. Estudos das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a Sociologia no Ensino Médio. Dissertação de Mestrado, UNB, 2004.

SANTOS, M.B. As representações sociais de ciências e sociologia dos professores de Sociologia da rede pública do DF. Dissertação de Mestrado – UNB – 2001.

SARANDY, F. M. S. O debate acerca do ensino de Sociologia no secundário , entre as décadas de 1930 e 1950. Ciência e modernidade no pensamento educacional brasileiro. Revista Mediações, v.12, n.1. Londrina, 2007.

SHIROMA, E. O.; CAMPOS, R. F.; GARCIA, R. M. C. S. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos-metodológicos para análise de documentos. Rev. Perspectiva, Florianópolis, v. 23, jul-dez. 2005.